

ARGUMENTAÇÃO E(M) DISCURSO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ERA UMA VEZ JOÃO E MARIA

ARGUMENTACIÓN Y (M) DISCURSO EN EDUCACIÓN INFANTIL: JOÃO E MARIA
ERA UNA VEZ

ARGUMENTATION AND DISCOURSE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: JOÃO E
MARIA ERA ONCE

Ana Rubia da Silva Vieira

Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) - Ribeirão Preto

<https://orcid.org/0000-0002-9667-627X>

Email: anarubia.silva2@gmail.com

Soraya Maria Romano Pacífico

Professora Doutora da Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto

<http://orcid.org/0000-0002-2973-3254>

E-mail: smrpacifico@ffclrp.usp.br

RESUMO

Ao promover atividade em sala de aula em que o discurso autoritário predomina (ORLANDI, 2015), os sentidos são regulados, e podem interditar os sujeitos-alunos a determinadas formações discursivas. Estas constatações suscitaram a necessidade de investigarmos como a prática da argumentação oral ocorre na educação infantil. Para tal, partimos de um conto de literatura infantil, *João e Maria* (Ciranda Cultural), com a hipótese de que a literatura pode contribuir para que seja possível construir uma interlocução que coloque em funcionamento a argumentação. Este trabalho é um estudo de natureza qualitativa e tem como fundamentação teórica a Análise do Discurso pecheuxtiana. O objetivo deste artigo é analisar discursos produzidos, oralmente, por sujeitos que frequentam a 1ª etapa da educação infantil, com idade de quatro anos, de um Centro Municipal de Educação infantil (CMEI), do interior do estado de São Paulo. Os discursos que constituem nosso corpus foram produzidos pelos sujeitos-alunos, a partir da leitura e interpretação do conto clássico, sustentadas no funcionamento do discurso polêmico (ORLANDI, 2015). Os resultados apontam que os sujeitos-alunos reproduziram a formação discursiva sobre saúde bucal que circulou como dominante em um projeto feito pela escola, na época da nossa coleta de dados. Desse modo, a argumentação não se instalou.

Palavras-chave: argumentação; educação infantil; discurso; sujeito; literatura.

ABSTRACT

By promoting classroom activity in which authoritarian discourse (ORLANDI, 2015) predominates, the meanings are regulated, and can prohibit the subject-students from certain discursive formations. These findings have raised the need to investigate, how the practice of oral argumentation occurs in early childhood education. For this, we start from a short story of children's literature, "*João e Maria* (Ciranda Cultural)", with the assumption that literature can contribute to be possible to build an interlocution that puts the argument into operation. This work, which has as theoretical foundation the Pecheuxtian Analysis of discourse, is a qualitative study, whose objective is to analyze discourses produced orally by subjects who attend the 1st stage

of Early Childhood Education, aged five. years, from a Municipal Children's Education Center (CMEI), in the interior of the state of São Paulo. The discourses that constitute our corpus were produced by the subject-students, based on the reading and interpretation of the classic short story, supported by the functioning of the controversial discourse (ORLANDI, 2015). The results show us that the subject-students reproduced the discursive training on oral health, which circulated as dominant in a project carried out by the school, at the time of our data collection. Thus, the argumentation did not make room for the dispute of meanings.

Key-words: Argumentation; Discourse; Early Childhood Education; Subject; Literature.

RESUMEN

Al promover la actividad en el aula en la que predomina el discurso autoritario (ORLANDI, 2015), se regulan los sentidos, pudiendo prohibir a los sujetos-estudiantes determinadas formaciones discursivas. Estos hallazgos plantearon la necesidad de investigar cómo ocurre la práctica de la argumentación oral en la educación infantil. Para ello partimos de un cuento de literatura infantil, João e Maria (Ciranda Cultural), con la hipótesis de que la literatura puede contribuir para que sea posible construir un diálogo que ponga en funcionamiento el argumento. Este trabajo tiene como fundamento teórico el Análisis del Discurso Pecheuxiana, se trata de un estudio de carácter cualitativo, cuyo objetivo es analizar los discursos producidos, oralmente, por sujetos que cursan la 1a etapa de Educación Infantil, de cuatro años., De una Municipalidad. Centro de Educación Infantil (CMEI), en el interior del estado de São Paulo. Los discursos que constituyen nuestro corpus fueron producidos por los sujetos-estudiantes, a partir de la lectura e interpretación del cuento clásico, apoyados en el funcionamiento del polémico discurso (ORLANDI, 2015). Los resultados nos muestran que los estudiantes-asignaturas reprodujeron la formación discursiva sobre salud bucal, que circuló como dominante en un proyecto realizado por la escuela, en el momento de nuestra recolección de datos. De esta forma, el argumento no dio lugar a la disputa de significados.

Palabras clave: Argumentación; Discurso; Educación Infantil; Sujeto; Literatura.

INTRODUÇÃO

Muitas práticas de linguagem na educação infantil silenciam a oralidade do sujeito-aluno e não possibilitam que exerça a autoria, seja por meio da linguagem verbal ou não verbal, como, por exemplo, os desenhos que já vêm prontos com a indicação das cores que devem ser usadas para colori-los. As atividades de linguagem que constam nos materiais didáticos ignoram que o grau de letramento pode ser variado, ainda que o grau de escolaridade dos sujeitos-alunos seja o mesmo (TFOUNI, 2010); ademais, os sentidos produzidos na oralidade são, por vezes, desconsiderados. Dessa forma, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletirmos sobre a argumentação na educação infantil, no setor público, com a pretensão de provocar uma reflexão nos leitores sobre os sentidos que permeiam essa temática, de modo a repensar o trabalho do docente na educação infantil.

No decorrer da nossa experiência profissional como estagiária e professora da rede

municipal de ensino, temos observado que algumas atividades com textos literários realizadas com os alunos não são satisfatórias para promover a assunção da argumentação e da autoria e, muitas vezes, elas se tornam apenas atividades utilizadas como pretexto para o ensino da estrutura linguística, em que os sentidos são previamente controlados. Nas observações feitas em algumas instituições escolares, encontramos atividades como leitura de textos literários, com o intuito de que o sujeito-aluno responda a uma ficha de leitura predeterminada; outras vezes, ele tem que desenhar a parte do livro que mais gostou; ou, ainda, visitar a sala de leitura que consiste apenas no passeio pela sala. Estes são alguns exemplos de propostas que fazem com que os alunos se sintam interditados em seu dizer e em possíveis gestos de interpretações.

Este cenário, que apresentamos em poucas palavras, despertou-nos a necessidade de investigar, em uma perspectiva discursiva, e, a partir da literatura infantil, como acontece a argumentação na educação infantil. Isso porque esta pesquisa defende que a literatura deve estar em sala de aula como um direito, tal como nos sugere Candido (1989), um direito e um modo de humanização, pois segundo ele:

[...] assim como não é possível haver o equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente (CANDIDO, 1989, p. 175).

Pacífico (2013, 2016) realizou pesquisa com alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro, terceiro e quinto anos), com o objetivo de analisar se, e como, a literatura infantil, que tinha o riso como constitutivo das narrativas lidas e interpretadas com os alunos, podia contribuir para a assunção da autoria. Segundo a autora, os sujeitos-alunos, envolvidos pela tessitura literária, pelos espaços vazados e, principalmente, pelo riso, assumiram a posição discursiva de autor.

Para Tfouni e Assolini (2006, p. 5), “[...] tanto adultos quanto crianças ainda não alfabetizadas podem assumir a função-autor no discurso oral, discurso este que é penetrado inevitavelmente pela escrita em uma sociedade letrada”. Com base na citação, entendemos que, mesmo se o sujeito-criança ainda não dominar convencionalmente as práticas de escrita, por meio do contato direto com a literatura ele poderá assumir a função de autor, na oralidade, e, também, exercer a prática de argumentação.

Sustentados teoricamente por estes conceitos introdutórios, delineamos o objetivo desta pesquisa: analisar discursos produzidos, oralmente, por sujeitos que frequentam a 1ª etapa (tal como nomeado pelo município no qual foi realizada a pesquisa) da Educação Infantil, com idade de quatro anos, de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), do interior do estado de São Paulo. Para tal, partimos de um texto de literatura infantil visando a construir uma interlocução que colocasse em funcionamento a argumentação.

Analisamos o funcionamento dos discursos dos sujeitos-alunos a partir da teoria de Análise de Discurso de vertente francesa (AD), proposta por Michel Pêcheux, na França, e, com reflexões de Eni Orlandi, estudiosa desse autor, no Brasil. Com vistas a atingir os objetivos propostos, realizou-se um piquenique com a sala e, posteriormente, foi construída uma atividade que teve a literatura infantil como aporte. Era uma sala com 20 alunos da 1ª etapa da Educação Infantil (pré I). As atividades foram desenvolvidas na área externa da sala, com duração de 1 hora e 30 minutos em cada encontro. Inicialmente, estavam previstos seis encontros, mas, devido à pandemia, ficamos impossibilitados de ir à escola e, assim, realizar novos encontros presenciais.

Isto posto, convidamos o leitor a percorrer esse caminho, refletindo sobre as (im) possibilidades da argumentação na educação infantil, não como algo acabado, mas como um espaço de interpretação e disputa do dizer. Buscamos, pois, compreender como a prática oral de argumentação na educação infantil configura-se como possibilidade de ampliar a literatura produzida sobre a temática, bem como para fortalecer o direito das crianças à argumentação, dentro e fora da escola.

METODOLOGIA

Para a Análise do Discurso, as condições de produção discursivas são essenciais; um sentido nunca é único, pois existe uma multiplicidade de sentidos que podem vir a ser outros a partir de uma formulação e, o sujeito, ao produzir o seu dizer, é interpelado pela ideologia, pela língua e pela história. Dessa forma, as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória. Conforme Orlandi (2015, p. 28-29), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

É importante destacar que as condições de produção interferem no processo de produção dos sentidos, por isso, ter conhecimento de como elas se constituíram torna-se fundamental para a realização das análises. Assim sendo, consideraremos o modo como os sentidos foram construídos pelos sujeitos da pesquisa, o que contempla a relação dos interlocutores (professor da sala, sujeitos-alunos e pesquisador); o lugar de onde os sujeitos-alunos e pesquisador falam; os textos lidos pelo pesquisador, com os alunos; o tipo de discurso que predominou (ORLANDI, 2015); e, também, como a memória discursiva sustentou a produção dos discursos e nossas análises.

Conforme já antecipamos, os sujeitos-alunos de nossa pesquisa são crianças que frequentam a Educação Infantil, de uma rede pública de ensino. A Educação Infantil é a base para a formação integral da criança e deve ser tratada como um direito da criança a vivenciar em sua completude o universo infantil. Defendemos que desde essa fase inicial de escolaridade, os sujeitos-alunos, crianças de 2 a 6 anos aproximadamente, já devem ter

respeitado o direito de questionar e refletir sobre os sentidos, portanto, devem ter o direito de argumentar.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é construir condições de produção diferentes em sala de aula, que promovessem o acesso ao arquivo, por meio dos contos literários que havíamos selecionado, no projeto inicial e, logicamente, o acesso ao interdiscurso, que permitiria aos sujeitos-alunos mobilizarem a memória discursiva para construir sentidos, e, principalmente, exercer a argumentação. No entanto, como as condições socio-históricas imediatas mudaram, devido à pandemia do novo coronavírus, buscamos, para a conclusão deste trabalho, compreender se e como a prática oral de argumentação dos sujeitos-alunos da Educação Infantil ocorre, com base na leitura e discussão de apenas um conto literário, e, se os dados coletados configuram-se como possibilidade de ampliar a literatura produzida sobre a temática, bem como para fortalecer o direito das crianças à argumentação, dentro e fora da escola.

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição locutor (quem sou eu pra lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele pra falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu locutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2015, p. 38).

A escola tradicional faz com que o aluno seja interdito ao produzir seu dizer. A aula deixa de ser prazerosa para se tornar mecanizada, é apenas permitido que se fale quando a professora autoriza, o que predomina é o discurso autoritário (ORLANDI, 2015), não se constrói espaço discursivo para o aluno dialogar, expor-se e participar, os alunos são silenciados, principalmente, porque a oralidade ainda é concebida como barulho e indisciplina.

Nosso posicionamento é outro, entendemos que as práticas discursivas na infância se dão de modo muito privilegiado por meio da linguagem oral; por isso, para a constituição do *corpus* deste trabalho, serão analisados discursos orais de alunos do ensino infantil, da 1ª etapa, no ano de 2019, de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do interior de SP, que conta com 20 alunos (participaram todos os alunos, mas devido a não autorização de um responsável, descartamos os discursos produzidos pelo aluno cujo responsável não concedeu a autorização, e, ficamos com apenas os dados de 19 alunos), que, no momento da coleta de dados, ainda não liam e nem escreviam, convencionalmente. Os discursos

orais foram coletados por meio de gravação pelo celular e, posteriormente, foram transcritos. Pretendíamos, inicialmente, realizar a constituição do *corpus* em dois anos escolares distintos; isto é, tínhamos o objetivo de realizar um estudo longitudinal, com os mesmos alunos, porém, em níveis de escolaridade diferentes, de modo a analisar se haveria um desenvolvimento no grau de letramento dos sujeitos-alunos (TFOUNI, 2010), e assim, poder interpretar como os gestos de interpretação dos textos literários se materializavam, ou não, nos discursos produzidos pelos sujeitos a ponto de interferir, ou não, na prática da argumentação, nas duas etapas de escolarização.

Importante destacar que, para Tfouni (2010), não há relação direta entre grau de escolaridade e grau de letramento. Por isso, não podíamos dar como certo que, na etapa escolar seguinte, o grau de letramento dos sujeitos da pesquisa seria maior; se fosse, a nosso ver, isso poderia interferir na prática da argumentação, posto que, segundo Tfouni (2010), o grau de letramento afeta a assunção da autoria, desse modo, poderia afetar a prática da argumentação. Contudo, o percurso metodológico não ocorreu como traçado inicialmente.

A escola foi escolhida pelo fácil acesso da pesquisadora à instituição e à nossa expectativa de que a maioria dos sujeitos-alunos participantes da pesquisa no ano de 2019, estariam na mesma turma escolar, no ano de 2020, sendo, assim, possível o acompanhamento dessa turma no ano de 2020,; ; no entanto, o período proposto para a coleta de dados foi alterado por conta do cenário da pandemia, conforme já dissemos.

RESULTADOS

Segundo Pacífico (2002, p. 5), “[...] os sentidos não estão prontos, mas são construídos em cada texto; então é correto pensar que nas atividades de produção e interpretação de textos seja permitido ao sujeito investigar, produzir e interpretar os sentidos que circulam ali.”. Em concordância com Tfouni (1995, 1996, 2001) e Gallo (1992, 1994) (apud PACÍFICO, 2002, p. 15):

(...) não é condição necessária ter o domínio do discurso da escrita para instalar a autoria nos textos, mas que há necessidade de o sujeito estar implicado no seu texto, de se constituir como responsável pelo seu dizer, criando um novo dizer a partir do já-dito, ou seja, assumir a função autor além da de escritor (passar da paráfrase para polissemia).

Por isso, buscamos o caminho da escuta e da disputa dos sentidos e propusemos que o sujeito falasse, a partir do piquenique e da narrativa *João e Maria*, com o objetivo de que a oralidade possibilitasse ao sujeito da educação infantil falar de si, exercendo a argumentação.

Ao sermos apresentadas à docente da sala, a diretora da escola disse que nosso projeto abarcaria o tema da alimentação, pois essa temática está relacionada

à casinha de doces presente no conto. A docente, diante da fala da diretora, pediu para que as crianças nos apresentassem o cartaz que tinham feito há poucos dias por conta da semana da saúde bucal. Nesse cartaz, tinham duas colunas: Alimentos saudáveis x Alimentos não saudáveis. Nos alimentos saudáveis, pôde-se observar as verduras e frutas, e, nos não saudáveis, as frituras e refrigerantes. Aguardamos a semana seguinte para a realização do primeiro encontro, pois os alunos teriam um teatro para fechar a semana da saúde bucal.

No primeiro encontro com os sujeitos da pesquisa, realizamos um piquenique na área externa da escola. Levamos diversos alimentos para falarmos sobre os sentidos de comida, antes de chegarmos às possibilidades de interpretação do conto. Apresentamos, primeiramente, os alimentos que são determinados pela formação discursiva dominante como “saudáveis”, como por exemplo, as frutas. Questionamos se os sujeitos gostavam, ou não, dos alimentos discursivizados como saudáveis, levando-os a refletirem sobre os possíveis motivos de suas respostas. Após isso, apresentamos os alimentos ditos “não saudáveis”, como, por exemplo, pipoca, fazendo o mesmo movimento da conversa, ou seja, por que comer? Por que não comer pipoca?

No segundo encontro, realizou-se a leitura do conto *João e Maria*, da editora Ciranda Cultural. Antes de iniciarmos a leitura, perguntamos para as crianças o que elas pensavam sobre os sentidos da história, a partir do título e da capa do livro. Durante a história, foram feitos questionamentos a respeito do enredo, tentando fazer com que os alunos construíssem outros sentidos para o conto, tentando realizar um trabalho discursivo. Segundo Tizoto, Pacífico e Romão (2009, p. 67) “no trabalho discursivo, é importante que o sujeito possa dizer, que a palavra esteja em jogo e que o sujeito-professor permita que os modos de dizer venham à tona, afastando-se daquilo que parece o “certo”, adequado e óbvio”.

Entretanto, de acordo com os conceitos da Análise do Discurso, sabemos que os sentidos não são dados a priori, que eles são construídos na/pela interlocução, e, dependem, portanto das condições de produção do discurso, como já antecipamos. Por condições de produção, Pêcheux (1997) entende a relação dos interlocutores, a situação em que o discurso é produzido, sempre afetado pela luta de classes, pelo contexto socio-histórico e pela ideologia.

As atividades de leitura e produção oral foram realizadas no período da manhã e gravadas por meio de um celular, para que pudéssemos analisar as falas dos alunos durante as atividades, e, assim, constituímos o *corpus* desta pesquisa. As produções orais foram realizadas durante cada encontro e, com base nas atividades de escuta durante as discussões e reflexões na sala de aula, analisamos os sentidos na produção do discurso com base no paradigma indiciário, pois, de acordo com Ginzburg (1989, p. 177), “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas- sinais, indícios – que permitem decifrá-la.”. Então, por meio desses sinais e indícios e a partir de marcas linguísticas foi possível investigar como sujeitos-alunos da educação infantil constroem práticas argumentativas na oralidade, pois,

segundo Orlandi (2012, p.25), “da observação da linguagem em seu contexto, [...] podemos dizer que a produção do discurso se faz na articulação de dois grandes processos, que seriam o fundamento da linguagem: o processo parafrástico e o processo polissêmico.”

Vale destacar que não procuramos sentidos literais que estejam por trás dos discursos produzidos oralmente pelos sujeitos-alunos, pois, de acordo com Orlandi (2015):

[...] não há sentidos “literais” grudados em algum lugar – seja o cérebro ou a língua – e que “aprendemos” a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes (ORLANDI 2015, p. 58).

Ainda em concordância com Orlandi (2015), não analisaremos o funcionamento da argumentação conforme o livro didático, que busca desvelar o sentido que o autor quis dizer, mas sim como Pacífico (2016); isto é, como uma prática social, como um direito humano de apresentar pontos de vista, de disputar os sentidos e assumir a responsabilidade pelo dizer.

Os discursos que circulam nos recortes analisados estão transcritos tal como foram produzidos pelos sujeitos-alunos. Para este trabalho, selecionamos quatro recortes da produção oral, coletados durante a leitura do conto.

Recorte 1:

[...] **Sujeito-pesquisador:** Depois de andar muito eles chegaram a uma casinha estranha... (leitura)

Sujeito-pesquisador: Isso é chocolate! - disse João! Isso é glacê! - exclamou Maria! Famintos os dois irmãos começaram a comer todas as partes de doces. (leitura)

Olha lá, os doces, os pirulitos, chocolates, as balinhas, os docinhos, João e Maria começaram a comer todos esses docinhos. (observação das imagens)

Sujeitos-alunos: Eles ficaram com cárie!

Sujeito-pesquisador: Será que eles ficaram com cárie?

Sujeito-pesquisador: Depois que eles comeram tantos doces, aqueles chocolates, doces balinhas, confetes, vejam os docinhos aqui, pirulitos... Será que o amiguinho está certo, será que eles ficaram com cárie?

Crianças: Sim, não, não sim, sim.

Sujeito-pesquisador: Por que você acha que eles ficaram com cárie, Sujeito-aluno 4?

Sujeito-aluno 4: Porque os dentes deles ficaram sujos.

Sujeito-aluno 2: E tem que ir no dentista.

Recorte 2:

Sujeito-pesquisador: (lendo) Finalmente livres, as crianças ficaram na casa comendo alguns doces e depois de alguns dias encontraram um enorme ovo de chocolate.

Sujeito-pesquisador: E sabem o que tinha dentro desse ovo de chocolate?

Sujeitos-alunos: Não...

Sujeito-pesquisador: Sabem o que tinha?

Sujeito-aluno 3: Escova.

Sujeito-pesquisador: Será que tinha uma escova de dente?

Sujeito-pesquisador: Mas para que será que tinha essa escova de dente dentro do ovo?

Sujeitos-alunos: Porque tinha pasta?

Sujeitos-alunos: Tinha chocolate e pastas.

Sujeito-pesquisador: Por que será que tinha essa escova dentro do ovo?

Sujeito-aluno 3: Porque ele comeu todos os doces.

Sujeito-pesquisador: Mas o que eles tinham que fazer com essa escova?

Sujeitos-alunos: Escovar o dente.

Sujeito-pesquisador: Mas só que dentro deste ovo não tinha escova. Sabe o que tinha dentro desse ovo?

Sujeito-pesquisador: O ovo de chocolate.

Sujeito-aluno 12: Chocolate!

Sujeito-aluno 9: Fio dental.

Sujeitos-alunos: Fio dental.

Sujeito-aluno 3: Ouro.

Sujeitos-alunos: Brinquedos.

Sujeito-pesquisador: Por que brinquedos?

Sujeito-aluno 9: BRINQUEDOS! (em tom enfático)

Sujeito-pesquisador: Ah, sim, entendi, tem um brinquedo. O amiguinho está falando que tinha um brinquedo. O outro amiguinho acha que tinha ouro aqui dentro. O que vocês acham e por quê?

No período em que trabalhamos esse conto de fadas com os sujeitos- alunos, eles estavam participando de um projeto escolar sobre saúde bucal. Apesar de termos nos empenhado para colocar em funcionamento discursos dos tipos lúdico e polêmico (ORLANDI, 2015), de modo a provocar o deslizamento de sentidos e focar nos espaços abertos da

literatura, eles sempre voltavam para a repetição da formação discursiva dominante na escola, naquele momento, e repetiam o que estudaram no projeto acerca de dentes saudáveis, cáries, escovar os dentes, dentes sujos, alimentos saudáveis e não saudáveis. Como já apresentamos, Pêcheux (1997) formulou que as condições de produção interferem na produção dos sentidos, e, nesse caso, a escola toda estava participando do projeto sobre saúde bucal; logo, os sujeitos-alunos foram capturados, ideologicamente, pela formação discursiva que valoriza a escovação dos dentes, a negação dos doces na alimentação como sendo a dominante, pois a formação discursiva determina o que pode e deve ser dito em determinada situação (PÊCHEUX, 2014).

Como podemos observar, nos recortes 1 e 2, os sujeitos-alunos ficaram presos à repetição dos sentidos; porém, sempre há os furos por onde a contradição escapa. Sabemos que a maioria das crianças gosta muito de doces e, no caso do conto, foi a casinha de doces que atraiu João e Maria para o local. Diante da problematização feita pelas pesquisadoras, como se lê em: “Depois que eles comeram tantos doces, aqueles chocolates, doces bala, balas, confetes, vejamos os docinhos aqui, pirulitos... Será que o amiguinho está certo, será que eles ficaram com cárie?”, as crianças respondem: “Sim, não, não, sim, sim”, em que o advérbio de negação indicia a contradição em relação à formação discursiva dominante, interpretamos que essa marca linguística poderia promover um percurso argumentativo diferente.

Entretanto, a nosso ver, os sujeitos-alunos anteciparam o que, pelo efeito das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997), a docente da sala, que esteve presente o tempo todo, queria ouvir. Carvalho (2020) pesquisou sobre a argumentação em espaço virtual e escolar e constatou a recorrência da contradição, sobre o uso ou não do celular em sala de aula. Para a autora:

[...] essa antecipação se dá sem o controle consciente dos interlocutores, pois, durante as formulações do intradiscurso, os sujeitos alunos podem ter produzidos sentidos, como de filiação ao imaginário social de que o uso do celular atrapalha as aulas, causa indisciplina e distrai o aluno. Importante destacar que a professora-pesquisadora estava numa posição discursiva de autoridade na sala de aula. Logo, os sujeitos podem ter acessado sentidos sobre o discurso da lei que já é, por si só, uma imposição, e, com base nesse discurso, os sujeitos repetiram aquilo que eles podem ter antecipado que a professora-pesquisadora queria ouvir (CARVALHO, 2020, p. 61).

Esta mesma contradição é identificada nos discursos dos sujeitos-alunos da nossa pesquisa. Segundo Pêcheux (2014, p. 168, grifos do autor) “Esse verdadeiro ponto de partida, já se sabe, não é o homem, o sujeito, a atividade humana etc., mas, a ainda uma vez, as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”.

Com Pêcheux (2014), aprendemos que a luta de classe sempre vai gerar o movimen-

to tenso e contraditório da reprodução/transformação. A nosso ver, isso afeta a prática da argumentação na medida em que uma determinada construção argumentativa pode ser atravessada pelo imaginário do sujeito que está produzindo o dizer, que se coloca no lugar do outro e imagina o que seu interlocutor quer ouvir ou permite que seja dito, em determinada situação. No caso da pesquisa de Carvalho (2020), os sujeitos-alunos identificaram-se com a formação discursiva que defende o uso do celular nas escolas; porém, a argumentação desses sujeitos é atravessada pelo discurso da lei que proíbe esse uso, ou proíbia, antes da pandemia da Covid-19, visto que a partir de 2020 as aulas passaram a ser remotas; portanto, o uso de celular e computador é uma condição fundamental para o acesso às aulas. No caso do nosso trabalho, embora as pesquisadoras tenham feito o conto circular na sala de aula, com o objetivo de construir condições para a argumentação oral, os sujeitos-alunos ficaram na – contradição/reprodução - do discurso dominante sobre a saúde bucal, silenciando, desse modo, outros sentidos que poderiam surgir pela literatura.

Aí entra toda a questão do “tomar” a palavra, “tirar” a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar, etc.

Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto como a parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência) (ORLANDI, 2007, p. 29).

Enquanto efeito de sentido e, portanto, determinado pelas formações ideológicas e discursivas o sujeito, ideologicamente, filia-se para produzir sentidos. O discurso, na perspectiva materialista de Pêcheux (2014), é palco da contradição, lugar de disputa pelo dizer, espaço em que a contradição em torno dos sentidos se faz presente. Dessa maneira, o conceito de contradição vem também para embasar nossas análises, para refletirmos sobre as formações discursivas (PÊCHEUX, 2014) de entremeio que se destacam em nosso *corpus*, estando elas relacionadas, essencialmente, aos sentidos sobre autoria e letramento na oralidade dos sujeitos-alunos (DE CASTRO, 2019, p. 67).

Recorte 3:

A pesquisadora mostra o livro para os alunos.

Sujeito-pesquisadora: Vocês conhecem esse livro?

Sujeitos-alunos: sim, sim, sim.

Sujeito-pesquisadora mostra o pirulito ilustrado no livro e pergunta:

Sujeito-pesquisadora: Vocês gostam de doce?

Sujeitos-alunos: sim, sim, sim (em voz alta e empolgados).

Sujeito-aluno 10: Ah, é a casinha de doces!

No início da leitura e das interpretações, os sujeitos-alunos mostraram-se interessados pelos doces, pelo pirulito e pela casinha de doces.

Recorte 4:

Sujeito-pesquisadora: Por que será que João e Maria foram até a casinha da Bruxa?

Sujeito-aluno: Porque eles estavam com fome.

Observamos que, nas interpretações iniciais, em que os questionamentos eram lançados para os sujeitos-alunos sem o cruzamento das vozes da professora da sala, tampouco das pesquisadoras, os doces são discursivizados como alimentos que podem saciar a fome dos personagens. Entretanto, quando as pesquisadoras dizem, “outro dia vocês nos disseram que o doce é inimigo do dente”, e a professora da sala reforça “isso”, os sentidos colocados em discurso passam a ser outros. Isso porque foi retomada a formação discursiva dominante no projeto sobre saúde bucal; logo, os sujeitos-alunos migram da formação discursiva que sustenta o gosto de crianças por doces e passam a discursivizar sobre a proibição dos doces, visto que “aprenderam” que criança deve comer comida saudável.

Houve muita interferência da voz da docente da turma, que formulava questões sobre alimentos saudáveis e não saudáveis, naturalizando que doce não é comida e que comida é arroz, feijão, omelete, ou seja, apenas o salgado.

Consideramos que lidar com a voz e com o dito –já lá- nos coloca diante da porosidade da condição de estar sujeito à linguagem e constituir-se sujeito na linguagem, visto que somos atravessados pela presença de outros textos, vozes e discursos, falados pela voz de outros, instados à ordem simbólica pelo feixe desses falares, desses indícios do que fomos e dissemos a partir do permanente sequestro de outros sentidos (ROMÃO; PACÍFICO, 2010, p. 124-125).

Pelo efeito da ideologia, que faz parecer natural que determinado sentido seja repetido, instaura-se o silenciamento da literatura e das possibilidades de argumentação que poderiam surgir sobre crianças, pais, madrastas, medo, solidão, abandono, maldade, o desejo de comer doces, de encontrar um ovo de chocolate recheado de ouro, dentre tantos sentidos que o sujeito-criança poderia produzir. Esse funcionamento discursivo em sala de aula leva-nos ao que Orlandi (2015) entende por leitura parafrástica e leitura polissêmica.

A atribuição de sentidos a um texto pode variar amplamente desde o que denominamos *leitura parafrástica*, que se caracteriza pelo reconhecimento (reprodução) de um sentido que se supõe ser o do texto (dado pelo autor), e o que denominamos *leitura polissêmica*, que se define pela atribuição de múltiplos sentidos ao texto (ORLANDI, 2015, p. 14, grifo da autora).

Com base em nosso *corpus*, observamos que as poucas tentativas de realização da leitura polissêmica foram interdidas e, por isso, a leitura parafrástica predominou. Os sujeitos-alunos manifestaram o interesse por ver o livro, “ler” o discurso visual, falar sobre

o gosto por doces, mas os sentidos sobre alimentos saudáveis “falaram mais alto”.

Podemos dizer que a escola, embora seja entendida como um lugar legitimado para a circulação dos conhecimentos teóricos não vem cumprindo seu papel de instaurar discussões e reflexões sobre temáticas diversas. Ao contrário, nossas análises nos permitem afirmar que a escola, desde a Educação Infantil, configura-se como uma instituição dedicada a legitimar a formação discursiva dominante em toda área do conhecimento e isso, como estamos criticando, interfere no direito à e na prática da argumentação, desde a educação infantil até, como analisa Turci (2020), o ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossa pesquisa com o pressuposto de que ao levar a literatura para a Educação Infantil, construiríamos um espaço discursivo para que a leitura e a interpretação dos textos oportunizassem a polissemia, o acesso ao interdiscurso e a disputa dos sentidos. Baseadas no funcionamento dos discursos dos tipos lúdico ou polêmico (ORLANDI, 2015), tínhamos a expectativa de que, pela oralidade, a argumentação seria praticada pelos sujeitos-alunos como um direito (PACÍFICO, 2016).

Contudo, nossos resultados não nos permitem afirmar se a literatura promove ou não o funcionamento da argumentação. Interpretamos esses resultados da seguinte maneira: as condições de produção, a saber: o projeto sobre saúde bucal acontecendo naquele momento, e, a presença da professora na sala de aula durante a leitura do conto — lembrando que, desde o nosso primeiro contato, ela valorizou o cartaz que apresentava os alimentos saudáveis e os não saudáveis — podem ter contribuído para que a prática argumentativa não ocorresse de modo polêmico. Se os sentidos que circulam na escola permanecerem sempre na polaridade bom ou mal; certo ou errado; feliz ou infeliz o sujeito-aluno não compreenderá a contradição que é própria da linguagem e da luta de classes e aponta para a construção histórica dos sentidos.

O desconhecimento de todo esse processo discursivo afeta a constituição identitária do sujeito e tem implicações para a prática discursiva da argumentação, posto que, em nossa pesquisa, o sujeito-aluno pode não ter desenvolvido a argumentação porque não se identificou com a formação discursiva que imaginou ser necessário repetir; ou seja, o sujeito da nossa pesquisa produziu sentidos a partir da posição discursiva de aluno, na instituição escolar, em sala de aula, diante de uma professora e das pesquisadoras. No entanto, como postula a Análise de Discurso, o sujeito é heterogêneo, multifacetado, não é uno. Queremos dizer com isso que, neste caso, mesmo falando a partir da posição sujeito-aluno, o sujeito continua sendo uma criança, e, como já dissemos, sabe-se que crianças gostam de doces, são atraídas por eles, como os personagens do conto; porém, as crianças, sujeitos de nossa pesquisa, foram afetadas(os) pela formação discursiva dominante sobre o que é um alimento saudável ou não para os dentes. Esses sentidos não foram discutidos, foram

inculcados por meio de um cartaz, e, isso, em nosso entendimento, fez o sujeito-aluno repetir um sentido com o qual, parece-nos, não se identificou.

De acordo com nossa concepção, as atividades de linguagem devem ser baseadas em atividades pedagógicas que consideram a intertextualidade e proporcionam o direito à argumentação (PACÍFICO, 2016), para que os sujeitos-alunos possam argumentar sobre os sentidos dos textos literários que devem constituir arquivos sobre literatura infantil, pois, conforme constatamos neste artigo, falta a leitura literária na escola em que coletamos nossos dados.

O discurso poderia ter sido outro se muitos outros sentidos que circulam nos textos literários tivessem sido apresentados, se os sujeitos pudessem ter tido a oportunidade de argumentar se gostam ou não de doces; se concordam ou não com a formação discursiva que diz que o doce é inimigo do dente; se é possível comer doce e cuidar dos dentes; se os doces também são alimentos, são comidas; se João e Maria foram atraídos para a casa de doces porque gostavam de doces, ou porque estavam com fome, ou ambas as possibilidades; se fosse outro tipo de casinha será que os personagens teriam ido até lá; enfim, a argumentação poderia ter sido praticada pelos sujeitos-alunos se os sentidos não estivessem fechados, se os espaços abertos do texto literário pudessem ter sido preenchidos pelo sujeito-aluno/criança.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. O direito à Literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1989.

CARVALHO, M.A.S. **Argumentação em espaço virtual e escolar**: sujeito e escrita em diferentes condições de produção. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

DE CASTRO. L.M.F.R.F. **Autoria e oralidade na Educação Infantil**: o papel do arquivo. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ORLANDI, E. P. Ordem e organização na língua. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 45-48.

ORLANDI, E. P. Linguagem e método: uma questão da análise de discurso. In: ORLANDI, E. P. **Discurso & Leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 18-27.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e autoria**: o silenciamento do dizer. 2002. Tese (Doutorado em psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

PACÍFICO, S. M. R. **Leitura, Autoria e Riso**: criança e literatura nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Relatório (Pós-Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, 2013.

PACÍFICO, S. M. R. O direito à argumentação no contexto escolar. In: PIRIS, Eduardo Lopes; OLÍMPIO-FERREIRA, Moisés. (org.). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. 1 ed. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p. 191-212. v. 1.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do **óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p.57-67.

ROMÃO, L.M.S; PACÍFICO, S.M.R. **Leituras em discurso, a literatura infantil na sala de aula**. Ribeirão Preto: Alfabeta Editora, 2010, 136 p.

TFOUNI, L. V.; ASSOLINI, F. E. P. Gestos de interpretação e de autoria em produções linguísticas orais e escritas: desafios e possibilidades. In: Reunião Anual da Anped, 29., 2006, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2006. p. 1 - 17. Disponível em: 29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT10-1937-Int.pdf. Acesso em: 25 jan. 2018.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p. (Coleção questões da nossa época; v.15).

TIZIOTO, P. A.; PACÍFICO, S. M. R.; ROMÃO, L. M. S. Leitura e interpretação: percursos que engendram a escrita infantil. **Leitura: Teoria & Prática**, [S.l.], v. 27, n. 53, p. 61-70, nov. 2009. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/396/192>. Acesso em: 05

jan. 2021.

TURCI, V. F. **Da ponta do Lápis às Redes Sociais: argumentação e autoria em discurso.** 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.